

# O Plano Trienal e o Combate à Inflação

Jacob Gorender

Se examinarmos com atenção os objetivos anunciados no Plano Trienal, verificaremos que todos eles, exceto no que se refere à inflação, constituem apenas prolongamento das tendências espontâneas atuantes neste último período da vida nacional. Decorridos três anos de aplicação do Plano, a situação do País se teria modificada exclusivamente em função da atuação dessas tendências, o que significa que, no essencial, se conservaria o quadro vigente. Daí porque as projeções apresentadas no Plano mantêm praticamente as mesmas taxas de variação registradas neste último período para os principais indicadores da atividade econômica: produto nacional bruto, renda nacional per capita, produção industrial e agrícola, formação de capital, despesa do Estado e sua relação com o dispêndio nacional total, entradas e remessas do capital estrangeiro, balanço comercial e balanço de pagamentos, etc.

O Plano Trienal foge, assim, à concepção de que deve ser um autêntico plano econômico: não um mero registro de tendências já em curso, mas um instrumento de intervenção estrutural no sentido de modificar substancialmente o quadro da realidade, contendo ou mesmo eliminando certos fatores,

de inverter, de tal maneira, que, ao invés de acentuar-se, como vem acontecendo de ano para ano, diminua de ritmo e chegue a cerca de 10% em 1963. Não se trata, pois, apesar de tudo, de eliminar a inflação, mas somente de reduzi-la, de torná-la razoável. A taxa de 10% corresponde, aproximadamente, à idêntica corrente entre numerosos economistas, segundo a qual um só por cento inflacionário seria estímulo útil à atividade econômica, sobretudo em país subdesenvolvido. Está claro, porém, que em matéria de inflação, mesmo o «sopro» indesejável para as massas do povo, ainda mais que, nas condições brasileiras, não é difícil venha a se converter em «chuva»...

Feita a ressalva de que não visa a eliminação completa da inflação, podemos considerar o Plano Trienal como antinflacionário, embora mais na intenção do que nas medidas concretas propostas. Afinal, também, que, à diferença do Plano Lucas Lopes de tão triste memória, o Plano Trienal visa combater a inflação sem reduzir o ritmo de crescimento econômico do País, no que se manifesta, tipicamente, a insurreição da burguesia nacional. Do ponto de vista dos defensores do Plano, esta seria uma razão suficiente para que os trabalhadores o apoiassem.

A verdade é, porém, que

esta não é uma razão suficiente, mas uma razão burguesa e, portanto, inadequada para os trabalhadores. Para os trabalhadores não importa somente o objetivo antinflacionário, como também o método, as medidas concretas propostas para atingir este objetivo. E, no caso, conforme declarou, com justiça, o Comando Geral dos Trabalhadores em seu recente Manifesto, o Plano Trienal «descarrega o peso da crise nas costas do povo, impõe maiores sacrifícios às massas consumidoras, enquanto deixa intactos os lucros fabulosos do capital estrangeiro, as vultuosas subvenções aos latifundiários e exportadores de café, as grandes rendas dos grupos econômicos poderosos» (V. NOVOS RUMOS da semana passada).

E' inaceitável que o povo, que pagou o preço da política inflacionária, seja obrigado a pagar também o preço da política antinflacionária. Não se justifica, por isso, que o combate à inflação se inicie, bruscamente, com o corte dos subsídios ao consumo do trigo e da gasolina e com a elevação das tarifas dos serviços públicos. Alega-se que, sem recorrer a tais medidas, o déficit orçamentário não poderá ser reduzido a um nível compatível com o objetivo de diminuir a taxa de inflação. Mas, para tomar um exemplo, enquanto o subsídio ao consumo do trigo, segundo o Plano (p. 60), exigiria, se mantido, 70 bilhões de cruzeiros, em 1963, as compras de café e outras despesas com a lavoura caféteira exigiriam 75 bilhões de cruzeiros sem contar com outros 356 bilhões presos ao financiamento do café através das Carteiras de Rescaldos e de Crédito Geral do Banco do Brasil (pp. 64-65). Como se isso não bastasse, o Plano Trienal ainda prevê que, até 1965, os estoques governamentais de café receberão um acréscimo provável de 20 milhões de sacas, subindo, a um total de mais de 70 milhões de sacas (p. 156). E' evidente que, sem abalo para a economia nacional, poderiam ser consideravelmente reduzidos os gastos oficiais com o setor caféteiro, mantendo-se, pelo menos na mesma proporção, o subsídio ao consumo do trigo. Mais ainda: a instituição do monopólio estatal da exportação do café, conforme já reivindica a Frente Parlamentar Nacionalista, livraria o País do parasitismo de meia-dúzia de poderosas firmas norte-americanas, que detêm 30% do comércio exportador do produto, e daria ao Governo nova fonte de grandes recursos para uma política não inflacionária de desenvolvimento econômico, sem precisar recorrer a medidas prejudiciais às massas populares. Compreende-se, entretanto, que para propugnar por mais um monopólio estatal seria necessário repelir a gritaria antiestatista, que parece ter impulsionado os elaboradores do Plano Trienal, obrigando o sr. Celso Furtado a tantas explicações diante dos respeitáveis círculos da «livre empresa»...

Não se esgotam, com isto, as fontes de recursos não inflacionários para as necessidades do Estado. Mencionamos apenas a taxação fortemente progressiva do imposto de renda, e de outros impostos diretos, acompa-

nhada das mais rigorosas sanções contra a sonegação. Somente a eliminação da sonegação tributária, daria recursos para cobrir várias vezes o subsídio ao consumo do trigo. Desta maneira, os beneficiários da inflação — e não as vítimas — tornariam os meios para doblar o mal. Não se argumenta que tal medida afetaria a capacidade de investimento do setor privado uma vez que a própria inflação vem estimulando avulso, mesmo e absurdo desperdício de recursos pelo setor privado, com evidente prejuízo para a economia nacional (construção imobiliária, especulação de Bolsa, consumo de luxo, etc.).

Se o caráter profundamente antipovo do Plano Trienal alia outro vício essencial: o de pretender combater a inflação exclusivamente no terreno do orçamento estatal, deixando de tocar nas suas causas estruturais, erro tanto mais grave quanto a inflação brasileira não decorre de uma só causa, mas de um conjunto de causas, já vistos em artigo anterior que o Plano é inteiramente omissivo no que se refere a medidas antinflacionárias, indispensáveis na esfera do balanço de pagamentos para um combate eficiente à inflação. Qual é, todavia, a sua perspectiva no que se refere à produção agrícola? Em três anos, um aumento de apenas 13%. Ora, esta é uma taxa pouquíssima se verificamos espontaneamente, ou seja, de aproximadamente 5% anual. A perspectiva é, pois, de continuar ou piorar, depois de três anos, a grave situação do abastecimento de gêneros alimentícios, cujos preços prosseguirão pressionando no sentido da alta e arrastando, em consequência, no mesmo sentido, os preços da generalidade das outras mercadorias.

Os autores do Plano Trienal absolutamente não consideraram, portanto, a alternativa de uma reforma agrícola que modificasse radicalmente o panorama da produção agrícola, com o seu aumento, não em 13%, mas em 30 ou 40% (resultado perfeitamente viável em três anos, se considerarmos a imensidão de recursos, ora ociosos, de que a economia brasileira poderia dispor no caso de uma reforma agrária radical). Apesar da riqueza informativa de sua análise dos problemas agrícolas, o Plano se limita a algumas tímidas sugestões ao Congresso, em sua quase totalidade imprópria e reunidas sob o título de Reforma Agrária, porque se trata antes de melhorias parciais, de redução alíquotas, nos marcos da situação vigente.

O sr. João Goulart não pode esperar o apoio dos trabalhadores para uma política econômico-financeira como esta programada no Plano Trienal. Os trabalhadores, por sua vez, não podem esperar senão de sua luta de massas, juntamente com as demais camadas interessadas do povo brasileiro, a conquista de uma nova política, realmente nacionalista e democrática.

## No Rio em Abril: I Encontro Latino-Americano Pela Liberdade Dos Presos Políticos do Paraguai

rio Magalhães, Bocaliva Cunha, José Maria Ribeiro. Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Guanabara, Paulo Alberto (Vice-Presidente da ABSPP, Sordani, Hércules Corrêa, Roland Corbiar, Ib Teixeira, Nelson José Salim, Sivalva Palmeira. Desembargador Osny Duarte Pereira; General Luiz Gonzaga de Oliveira Leite (Presidente da Sociedade Amigos de Cuba), General Felcissimo Cardoso (Presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional), General Sampson (Presidente da Campanha Nacional pela Reforma Agrária), General Gilberto Alvim (Presidente da Frente de Libertação Nacional, Seção do Estado da Guanabara), General Carlos Hess de Mello, General José Brasileiro de Almeida, General Henrique Oost, General Leônidas Cardoso, Coronel Luiz Bayardo da Silva (Presidente da Associação dos Diplomados do Instituto Superior de Estudos Brasileiros), General Nelson Werneck Sodré, Coronel Paulo Hoppe, Coronel Castro Afilhado, Coronel Jocelyne Brasil, Coronel O. Gonçalves Bastos, Major O. Petersen.

Conclamando as democratas, de todas as tendências políticas, e o povo, a participar da grande assembleia, a Associação Brasileira de Solidariedade ao Povo do Paraguai, a Sociedade de Amigos do Povo do Paraguai, a Comissão Paulista de Solidariedade aos Presos Políticos do Paraguai e o Movimento Nacional de Solidariedade com o Povo Paraguai (Montevideo) unem suas vozes para conclamar os democratas da América Latina a congregarem esforços em prol de irmãos paraguaios encarcerados e sob o guante de uma ditadura antinacional.

Impossível admitir-se que perdure tão cruel opressão sobre o povo guarani, que luta e espera a hora feliz da Libertação. No que estiver, pois, ao nosso alcance, ajudemos a libertar os presos políticos do Paraguai, que padecem em cubículos infectos ou em tenebrosos campos de concentração. Sirva, assim, esta singela mensagem, como Convocatória de um I Encontro Latino-Americano Pela Liberdade dos Presos Políticos do Paraguai, a ser realizado nos dias 2 e 3 de abril de 1963. Sugurimos, para sede, a cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e que nele se debatam as formas de ação adequadas à conquista de nosso desiderato.

1.º de Janeiro de 1963, Dia da Fraternidade Universal. (a) General E. de Souza Mendes (presidente da ABSPP), almirante Alfredo de Moraes Filho (presidente de honra), engenheiro Luiz Hildebrando Horta Barbosa (presidente de honra). Professor Mário Dgni (presidente da SAPP — S. Paulo), jornalista Freitas Nobre (vice-presidente).

Líderes sindicais Rubens Vasconcelos (presidente da Federação dos Bancários de S. Paulo), Pedro Iovino (presidente do Sindicato dos Bancários de S. Paulo), jornalista Carlos Corrêa, Salvador Rodrigues (Marechal) Genésio Silva (Carris), Sifrinório Nunes (Construção Civil) — pela Comissão Paulista de Solidariedade aos Presos Políticos do Paraguai.

Deputados federais Sérgio Magalhães (presidente da Frente Parlamentar Nacionalista), Seixas Dória (atual governador de Sergipe), Nerva Moreira (secretário geral do Frente Parlamentar Nacionalista), Sargento Antônio Garcia Filho, Padre Francisco Lage, Adão Pereira Nunes, Gabriel Gonçalves, Sílvia Braga, Armando Storny, Paiva Muniz, Demistochides Baptista, Ario Theodoro, Guerreiro Ramos, Mex da Costa Santos, Vel-

chao Braga (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Papel e Papelão), Manoel Azevedo (Diretor do Sindicato dos Rodovias), Sostenes de Barros (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Pedreira), José Lelis da Costa (Secretário-Geral do Sindicato dos Metalúrgicos), Adalberto Rodrigues (Presidente do Sindicato dos Alfaiates), Juandrind de Castro Leão (Presidente da Comissão de Assistência dos Bancários), João de Barros (Tesorero do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional). Engenheiro Carlos Taylor da Cunha Mello (Presidente da Confederação de Servidores do Brasil e da União Nacional dos Servidores Públicos), Aciac Mendes Tavares (Presidente da Federação Carioca dos Servidores Públicos), Domingos Viotti (Presidente da Federação dos Servidores Públicos de Minas Gerais).

Senhoras Maria Cardoso Sampaio, Clara Charf e Zilda Xavier (líderes do movimento feminino).

Professores: Alvaro Vieira Pinto, Fernando Segismundo, Henrique Miranda (Secretário-Geral do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Vice-Presidente da ABSPP), Bayard Demaria Boiteux, Antonio dos Santos, A. Latorre de Faria, Duarte Vilhena, Wanderley Guilherme, Enzmann Cavalcanti, Sílvia Serpa Costa, Alcívio Gomes, Kleber de Moraes, Marcos Machado Vira.

Editores: Enio da Silveira, Carlos Ribeiro e José Barbosa Melo; Jornalistas: Victor do Espírito Santo (Secretário da Associação Guanabara de Imprensa e da ABSPP), Fragmton Borges, Nilo da Silveira Werneck, Acyr Medeiros, Enéida de Moraes, Miguel, Costa Filho, José Barbosa Melo, Eduardo Prado Vieira, Raul V. Xavier, Mauro Wellington, Renato Soldon, Etel de Souza, Economistas: José Campos Melo, Aristóteles Moura, Gentil Noronha, Engenheiros: Benjamin Barradas, Jair N. C. P. S. Porto, Ruberval Medeiros, Angelo Torres, Peleles, Fabrício de Barros, R. D. de Garcia Paula, Adriano Chaves Filho, Arlindo Ribeiro, Escritores: Alberto Pizarro Jacobina, Geir Campos, Rui Façó, Fernando Py, Joel Silveira, Carlos Heltor Cony, Nestor de Holanda, Astrojildo Pereira, Micio Tati, Luiz Paiva de Castro, Moacir Felix, James Amado, Jamir Firmino Pinto, Ferreira Gullar, Heltor Saldanha, Franklin de Oliveira, Rafael de Carvalho, Dalcídio Jurandir, Vicente Maranhão, Ernesto Penafort, Beatriz Banderla, Oliveira Bastos, Darcy Evangelista, Cleto Seara Velozo, H. Pereira da Silva, Médicos: Mauro Lins e Silva, Ilnard Teixeira, Maria Augusta Tibirica Miranda, Armando Lacardi, Professor Alvaro Dória, Irun Santana.

Serão publicadas, posteriormente, as assinaturas correspondentes ao Uruguai, Chile, Argentina e outros países. A presente Convocatória continua recebendo adesões. Sede da ABSPP: Av. 13 de Maio, 13, sala 1202, Rio de Janeiro.

### "TEORIA E PRÁTICA"

Por estar viajando nosso companheiro Apolônio de Carvalho, redator de "Teoria e Prática", essa apreciação seção não aparece hoje em nossas páginas.

## A posição Dos Comunistas Diante do Governo Adhemar de Barros

São Paulo (Da sucursal) — Os comunistas de São Paulo distribuíram à imprensa a seguinte nota:

O sr. Adhemar de Barros tomou no governo de nosso Estado, o mais importante da Federação, num momento de grandes dificuldades e apreensões da vida nacional.

A sua eleição para a chefia do Executivo paulista foi o resultado, sobretudo, da larga divisão surgida no seio das forças dominantes e também da dispersão das forças nacionalistas e democráticas.

Contou também o sr. Adhemar de Barros com forte apoio de banqueiros, de latifundiários, dos grupos econômicos estrangeiros e nacionais, beneficiários de ainda com o descontentamento popular provocado pela carestia de vida, a falta e a sonegação de gêneros alimentícios, assim como pela política de desprezo pelo povo e de perseguição aos trabalhadores.

Em declarações públicas, o novo governador traçou as linhas mestras do seu governo, proclamando-se defensor da livre empresa, investindo contra as mais caras conquistas do povo brasileiro, representada pela Petrobrás, Volta Redonda e outras empresas estatais, pregando a subordinação do país à política do governo norte-americano nas relações exteriores prometendo a elevação dos efetivos de uma polícia que já sofre o controle do FBI e a instauração de "disci-

plina, autoridade, hierarquia" com objetivos evidentes de repressão às justas lutas dos trabalhadores.

Apresenta-se, ainda, o sr. Adhemar de Barros, como o salvador da Nação, levantando a bandeira da chamada "Aliança Brasileira para o Progresso", de inspiração demagógica e eleitoral.

Para confirmar a linha política e filosófica do seu governo, nomeia um secretário composto, com algumas exceções, de figuras conservadoras ou antidemocráticas; defende fazendeiros de café ao passo que demite funcionários e aceita com o atraso de pagamento dos seus vencimentos; e ainda se omite de apontar soluções para os angustiados problemas do povo paulista, como o abastecimento, a carestia de vida, a saúde e o ensino.

Deste modo, os comunistas de São Paulo, fiéis defensores da classe operária dos camponeses e do povo em geral, manifestam-se contrários a tais atitudes do chefe do Executivo e conclamam o povo bandeirante à defesa dos seus direitos e das liberdades democráticas. Proclamam que não tem sentido nem viabilidade qualquer governo que deixe de ter, como escopo servir ao povo e impulsionar o progresso. Isso por que o momento atual se caracteriza pelo fortalecimento do socialismo, das lutas de libertação nacional, pela elevação contínua da consciência poli-

tica dos brasileiros, pelo ascenso das lutas populares, assim como pelo declínio irreversível das forças retrógradas.

Ao iniciar-se um novo governo em nosso Estado, os comunistas dorso e melhor dos seus esforços a fim de reunir todas as forças interessadas em nosso progresso, tendo em vista assegurar melhores condições de vida ao povo, através da elevação dos salários dos trabalhadores, dos vencimentos dos funcionários civis e militares, do combate à carestia de vida, da intensificação da luta pelas reformas de base, da encampação dos frigoríficos pertencentes aos trustes e das empresas de serviços públicos, da conquista de uma reforma agrária radical e da defesa da economia nacional, através da ampliação do crédito e da eliminação dos favores ao capital estrangeiro, fator de uma concorrência desigual e nociva.

Para a concretização de tais nobres objetivos, apelam os comunistas de São Paulo para todas as forças vivas do nosso Estado, forças de que somente unidos poderemos avançar e dar uma grande contribuição para o advento de um governo nacionalista e democrático que consubstancie as aspirações de progresso, liberdade, paz e bem-estar do povo brasileiro.

aa) Ramiro Luchesi  
Moacir Longo  
Leovir Vilar

## Paulo Guerra: um Conservador Apóia o Governo de Arraes

Reportagem de Rui Facó  
enviado especial de NR ao Recife

verno Arraes — particularmente no Recife — e os antigos senhores de terras que de fato governam as populações interiores; com seu poder econômico, o clipe de bol e o trabuco.

MENTALIDADE DE MUDANÇA

Fiz questão de conhecer o pensamento de um tradicional senhor-de-engenho, um setor dos quais preferiu acompanhar a frente popular que sustentou a candidatura de Arraes. Esse senhor-de-engenho é hoje o vice-governador de Pernambuco: Paulo Guerra. Representa, não há dúvida, o compromisso que houve de fato entre um setor das classes dominantes e as forças populares que se organizaram em torno de Arraes. Mas é uma adesão de sua capacidade aglutinadora. Em Paulo Guerra depositam hoje as forças reacionárias de Pernambuco as suas melhores esperanças: torcem e tecem intrigas para que ele rompa com Arraes e a coligação democrática vitoriosa nas eleições de 7 de outubro.

Do entanto, Paulo Guerra não demonstra neste momento nenhuma tendência neste sentido. Ao contrário, diz-se disposto a contribuir pessoalmente e com seus correligionários para que Arraes leve à prática o programa de seu governo: uma administração em favor das massas populares pernambucanas. Externa queixas amargas a respeito de certas medidas de caráter fiscal que, a seu ver, favorecem São Paulo contra o Nordeste.

Se São Paulo se industrializa e abastece os mercados nordestinos, parte dos impostos pagos por esses produtos deveriam beneficiar o Nordeste. No entanto, o Nordeste sofre anualmente uma decapitalização da ordem de 2 bilhões de cruzeiros em impostos de vendas e consignações de mercadorias provenientes de São Paulo. Pernambuco, sozinho perde num ano quase 1 bilhão de cruzeiros mediante esse sistema desigual de tributos.

Pergunto-lhe sua opinião sobre a SUDENE. Suas restrições são grandes. Diz com toda a franqueza: — A SUDENE foi um órgão surgido na hora mais oportuna. Destinava-se justamente a resolver os mais pre-

## Paulo Guerra: um Conservador Apóia o Governo de Arraes

massas camponesas empobrecidas. Ao contrário, agrava-se constantemente o problema agrário no seu conjunto, pois semelhantes medidas, simples paliativos, refogam no fundo da questão e adquirem aspectos que concorrem para torná-la ainda mais complexa. Uma saída pela tangente que a nada conduz, a não ser prolongar a existência dessa anomalia, que já é de há muito o nosso sistema latifundiário semifeudal.

Outra crítica de Paulo Guerra à SUDENE: que ela concede pouca atenção ao problema da saúde no Nordeste. Faça-lhe uma pergunta: — O sr. acredita realmente que qualquer plano sanitário possa ter efetividade nas terríveis condições de servidão econômica em que vivem as massas trabalhadoras rurais? Não lhe parece que todo plano com aquele objetivo é mais ou menos inocuo, uma vez que falta ao camponês, como ao assalariado agrícola das usinas e fazendas, o essencial, que é a comida?

— Sim, acredito que o plano sanitário deve ser aplicado paralelamente ao plano econômico. Já está implícito o problema da terra, do ponto de vista de sua utilização. De imediato, atacar a questão na zona da mata (a zona camponesa de Pernambuco). Neste caso, a ajuda do Estado é imprescindível. Acredito que o governo de Arraes, se quiser, poderá mudar a estrutura agrária pernambucana. Existe um clima para receber estas reformas.

— Criado pelas Ligas Camponesas?

— Em grande parte. O movimento das ligas camponesas, embora eu discordo de muitas de suas orientações, que considero sectárias, tem tido seu lado positivo de colocar o problema em evidência, reclamando uma solução para o mesmo. A verdade é que o trabalhador agrícola no Nordeste ainda vive como um pária. Sou, por isso mesmo, favorável à aplicação da legislação trabalhista no campo. Confesso que sou um homem que evoluiu neste sentido. Antes gostava muito de meus empregados. Hoje não gosto mais, pois quando vou lá e vejo o filho do trabalhador rural, de 8 anos de idade, trabalhando no campo, fico triste. A gente vai vendo que isto não pode continuar. Ser adoece uma vaca, faz-se tudo para salvá-la. No entanto, uma pessoa humana nada tem...

Paulo Guerra é um dos conservadores pernambucanos que se encontram ao lado de Miguel Arraes. Não é impossível que, por motivos políticos partidários, façam-no romper amanhã com o novo governo de Pernambuco. Mas suas opiniões, embora moderadas, são bem mais avançadas do que as de um conservador clássico. Admite mudanças, ainda que não revolucionárias. Seus pontos de vista, porém, são hoje comuns a muitos proprietários rurais e outros homens de posses, na melhor evidência do quanto se debilita a اندامas nas condições econômicas, políticas e sociais do Nordeste. E este é um grande trunfo com que conta o governo de Miguel Arraes.

mentos problemas do Nordeste. Em matéria de planos foi pioneira. E verdade que o Nordeste viu o desenvolvimento mais sem um plano de conjuntura. A SUDENE veio superar esse vácuo, gravíssima em nossa época. O sr. Celso Furtado, dirigente da SUDENE, é todos o reconhecem, um economista de valor, dos mais capazes que possuímos. Mas julga-se um semideus. Fechado em si mesmo, isolado, não trata com o povo, não aceita críticas e se tem colocado num terreno puramente teórico em face dos problemas concretos, que muitas vezes se chocam com suas teorias. Chegou a ponto de afirmar, como o fez recentemente em São Paulo, que redimiu o Nordeste, que o nordestino, depois da SUDENE, é um homem ativo e não mais humilhado e oprimido que conhecíamos. Infelizmente, esta não é ainda a verdade. Isto mostra o quanto o sr. Celso Furtado está fora da realidade. Diz ainda o sr. Celso Furtado que o ritmo de crescimento da indústria no Nordeste passou de 2 para 7 por cento ao ano, e que isto se devia à SUDENE. Também não é verdade. E ainda é inelutável particular que contribui decisivamente para esta mudança de ritmo de incremento industrial.

— Por isso — acrescenta o vice-governador Paulo Guerra — tive que diser na mesma conferência de São Paulo, da qual participava o sr. Celso Furtado, que a solução dos problemas brasileiros tem que ser cirúrgica. O sr. Abreu Sodré, ao encerrar os trabalhos da conferência sobre reformas de base, contestou-me neste ponto...

— Mas, o que compreende o sr. por soluções cirúrgicas?

— Aquelas que se façam imediata e rapidamente e por meios democráticos...

— A reforma agrária estaria entre essas medidas?

— Sem dúvida nenhuma. Creio que algumas providências neste sentido poderiam ser antecipadas. Assim, por exemplo, sou de opinião que as terras das usinas de açúcar poderiam ser desapropriadas, numa proporção de 20% e distribuídas entre os trabalhadores rurais sem terra.

Neste ponto, o sr. Paulo Guerra expõe pontos de vista que coincidem inteiramente com os da SUDENE: concede enorme importância a uma rodovia transnordestina que se prolongue até o Maranhão, a qual viria desviar a corrente migratória do Nordeste para o Norte. Na sua opinião, semelhante auto-estrada contribuiria decisivamente para o incremento da agricultura, do comércio e do abastecimento. Ora, essa construção espontânea já existe há vários anos em nada se tem modificado para melhorar a situação das